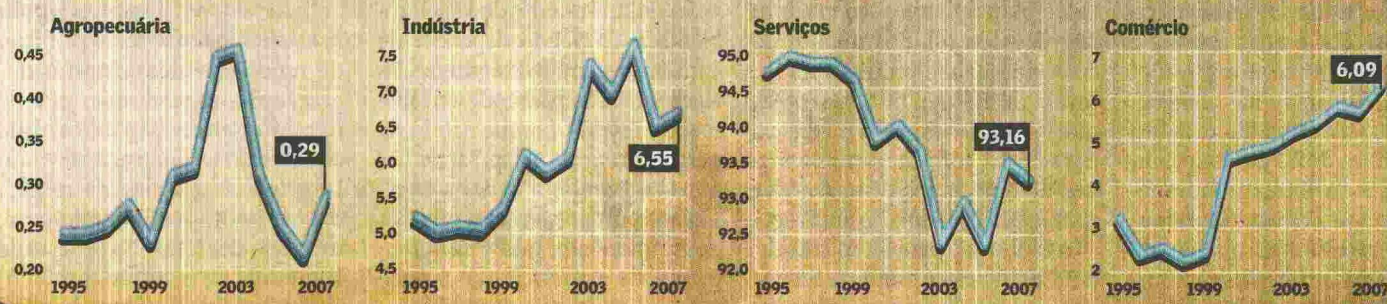


BRASÍLIA

ARTE SOBRE FOTO DE GIVALDO BARBOSA/AGÊNCIA O GLOBO

Polo de serviços

Participação dos setores no Valor Adicionado Bruto do Brasil, a preço básico (%)



Fonte: Conae/DPE/IBGE

Futuro sustentável

Encravada no cerrado e irrigada pelos cofres públicos, capital federal faz 50 anos e enfrenta problemas de metrópoles. Por **Chris Martinez**, para o **Valor**, de São Paulo

Peso pesado

As atividades que mais contribuem para o PIB do setor de serviços (%)



Primero homem a flunar pelo espaço, o russo Yuri Gagarin comunicou ao mundo que a terra era azul, num testemunho espetacular da história. Tempos depois, ao visitar Brasília para ser homenageado por Janio Quadros, afirmou: "Tenho a impressão de que estou desembarcando num planeta diferente, não na Terra". A frase dita pelo explorador espacial, em 1961, mostra apenas uma faceta do impacto provocado pela cidade que floresceu no meio do cerrado brasileiro. Das curvas da bela orla carioca — imortalizadas no mosaico, em preto e branco, de pedras portuguesas — a capital federal mudava-se do litoral para o centro do país. E trocava o balanço das ondas pela elegância do concreto, no riscado firme e criativo de Oscar Niemeyer, e pelo projeto urbanístico do francês abraçadeira do Lucio Costa.

O Brasil tinha tido duas capitais, Rio e Salvador, mas Juscelino Kubitschek queria tirar a nova capital do papel. Construir Brasília era plano antigo, que fez parte das constituições de 1891, 1934 e 1946. Tornou-se, porém, promessa de campanha no acalorado discurso de JK, feito em 1955, na cidadezinha goiana de Jataí. Sob aplausos, o então governador de Minas Gerais e aspirante a presidente da República argumentou que o Brasil precisava de um centro político.

Um ano depois, faixa presidencial sobre o peito, o médico mineiro cumpria o prometido. Agora, no dia 21 de abril, Brasília festeja meio século, envolta numa grave crise: o escândalo que pôs o então governador, José Ro-

berto Arruda, atrás das grades por dois meses.

Independentemente do ciclo que atravessa, Brasília é um ícone nas páginas que escrevem a história do país. Foi erguida num sopro de ousadia e construída em tempo recorde. Mais de 30 mil operários, que ficariam conhecidos depois como candangos, trabalhavam dia e noite para colocar a cidade de pé.

Primeira cidade projetada na América Latina, a nova capital foi inspirada no sinal da cruz — embora seja popularmente comparado a um avião — no planejamento urbanístico de Lucio Costa. Despretensioso e sonhador, ele venceu o concurso ao enviar uma carta declinando de sua participação — não se achava capacitado para um projeto tão grandioso.

"Embora se desculpasse por não querer concorrer, Lucio Costa enviou na correspondência um conjunto de sugestões para a concepção de Brasília", diz Carlos Augusto Hirsch, diretor da Setepla Tecnometal, consultoria de planejamento urbano, que tem um exemplar da carta guardado. "Não pretendia competir e, na verdade, não concorro — apenas me desvencilho de uma solução possível", escreveu Costa, alegando ter conhecimento técnico, mas não possuir nem mesmo um escritório.

Do meio do nada e de uma atitude corajosa, a cidade artificial nasceu. E com ela uma história que fez o Brasil deslocar-se também para o Centro-Oeste e para os rincões do Norte e Nordeste. Tornou-se um polo irradiador para o interior do país, juntamente com o eixo de estradas que ligavam Brasília a Be-

lém e Cuiabá. "É importante ressaltar que Brasília se move pelos órgãos federais enquanto o Centro-Oeste é genuinamente agrícola", observa o economista Adriano Pitoli, da consultoria Tendências.

A capital federal é uma ilha que se sustenta, independentemente do entorno. Graças aos salários pagos aos servidores públicos federais, o Distrito Federal apresenta o maior rendimento médio mensal do país, de R\$ 2.117,00, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008 (Pnad 2008). A renda média brasileira é de R\$ 1.036,00. Isoladamente, os servidores públicos têm um salário quatro vezes maior que na iniciativa privada — R\$ 4.052,00 contra R\$ 995,00. No Judiciário, a média salarial é de R\$ 15,5 mil, no Legislativo, de R\$ 13,5 mil, e no Executivo, de R\$ 4,5 mil. Há cerca de duzentas embaixadas, consulados e órgãos multilaterais com representação na capital.

Para o professor Roberto Ellegry, da Universidade de Brasília, a alta renda de Brasília não se refere apenas aos salários do setor público. "Na média, o salário dos servidores públicos não é maior que os salários do setor privado, entretanto, como o salário do servidor é pago pelo governo e os impostos são descontados em folha, é mais difícil declarar uma renda menor que a real para um pesquisador", observa.

O PIB per capita anual é de R\$ 40.696,00, enquanto em São Paulo é de R\$ 29.394,00 e do Rio de Janeiro, R\$ 19.245,00. Mais da metade do PIB do Distrito Federal — composto pela capital e vinte regiões administrativas — vem da administração pública. Com a soma das riquezas em R\$ 99,9 bi-

lhões — PIB de 2007 — se fosse um país, Brasília estaria na 65ª posição no ranking mundial, à frente de nações como Paraguai, Uruguai e Bulgária.

"Embora tenha a maior renda média, Brasília também tem muita concentração de renda e desigualdade social", diz Maria Lúcia Vieira, economista do IBGE. O coeficiente de Gini — usado para medir a distribuição da renda — do Distrito Federal é de 0,62, enquanto a média nacional é de 0,53. A escala do indicador vai de 0 a 1, sendo que 1 é a pior taxa de desigualdade.

Um problema citado por urbanistas é que a cidade cresce desordenadamente para além do Plano Piloto, que nasceu para hospedar 600 mil pessoas. Hoje a população estimada soma 2,606 milhões, segundo o IBGE. Significa que a densidade habitacional passou de 24 habitantes por km², em 1960, para 449 habitantes por km² em 2009.

Ao completar 50 anos de história, a capital federal passa por discussões acaloradas por causa da elaboração do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). A proposta é da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma), mas tem gerado tanta polêmica que foi, inclusive, denunciada ao Ministério Público.

Segundo Maurício Goulart, diretor do conjunto urbanístico tombado da Seduma, o plano de preservação é um anseio de Brasília há dez anos. "A legislação urbanística daqui é complicada para o cidadão e para os gestores públicos, pois está dispersa em diversos documentos. Ela dita as diretrizes de um modo geral, mas precisa de detalhamento para que possamos

trabalhar melhor", explica Goulart. Em 1987, Brasília foi reconhecida como patrimônio cultural da humanidade pela Unesco. Nos anos seguintes, foi tombada pelos governos federal e distrital.

Para Tânia Batella, do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Brasília não precisa de um plano de preservação. "Já há um plano, o de Lucio Costa. Temos todos os instrumentos de tombamento que definem as regras básicas do que deve ser preservado", argumenta. "A proposta desse plano está prevista numa política equivocada de ordenamento territorial, alinhada ao interesse imobiliário."

A Seduma discorda. "O plano do Lucio Costa não era tão detalhado. Para a gente emitir alvará de funcionamento, as atividades têm que estar previstas na lei de uso de solo. Temos tido problemas aí há muitos anos", garante o diretor, que vê como positiva a possibilidade de rever essa legislação. Ele diz que o plano fará propostas para melhorar a estrutura institucional, preservando o plano piloto.

Mônica Veríssimo, geógrafa da Fundação Sustentabilidade e Desenvolvimento, alega que o plano pretende mudar os critérios de ocupação. "Brasília não pode ter lá no fundo edifícios que tiram a visibilidade da área tombada. Isso não está sendo tratado e já temos prédios altíssimos sendo liberados pelo próprio Iphan", diz Mônica. "A orla do lago Paranoá está sendo privatizada, quando deveria manter-se pública", menciona.

Em função do descumprimento das regras de tombamento, ela aponta problemas prematuros. "A cidade já apresenta mazelas de metrópoles como São Paulo." (Colaborou Andréia Fanzeres)